

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	157	1.658	Fornecedores	13	2.246	4.487
Contas a receber de clientes	5	5.279	4.310	Empréstimos e financiamentos	14	639	65
Impostos a recuperar	6	3.372	3.940	Passivo de arrendamento	12	409	70
Estoques	8	2.250	4.336	Obrigações trabalhistas e tributárias	15	5.740	5.572
Outros ativos circulantes	9	1.972	2.274	Adiantamentos de clientes	16	1.692	1.640
		13.030	16.518	Outras contas a pagar		36	152
						10.762	11.986
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	5	124	186	Empréstimos e financiamentos	14	1.823	2.448
Impostos a recuperar	6	284	287	Empréstimos com partes relacionadas	19	34.082	33.823
Impostos diferidos	7	340	95	Passivo de arrendamento	12	506	-
Depósitos judiciais	17	427	423	Provisão para demandas judiciais	17	74	239
Outros ativos não circulantes	9	1.554	1.421			36.485	36.510
		2.729	2.412	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)			
Investimentos Imobilizado	10	308	308	Capital social	18.a	5.000	53.125
Intangível	11	6.957	7.545	Adiantamento futuro aumento capital	18.b	3.710	-
Direito de uso	12	1.167	1.534	Prejuízos acumulados		(30.851)	(73.270)
		915	34			(22.141)	(20.145)
		9.347	9.421				
Total do ativo		25.106	28.351	Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		25.106	28.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Marcos Tadeu Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC/GO 012.056/O.0

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	20	43.070	49.570
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(26.358)	(27.927)
Lucro bruto		16.712	21.643
Despesas e receitas operacionais			
Comerciais	21	(17.047)	(16.866)
Administrativas e gerais	21	(6.073)	(6.677)
Tributárias	21	(170)	(212)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	1.013	628
Total despesas e receitas operacionais		(22.277)	(23.127)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(5.565)	(1.484)
Resultado financeiro, líquido	23	(473)	50
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.038)	(1.434)
Imposto de renda e contribuição social	24		
Diferidos		332	130
Prejuízo do exercício		(5.706)	(1.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(5.706)	(1.304)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	(5.706)	(1.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Marcos Tadeu Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC/GO 012.056/O.0

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Demonstração das Mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		53.125	-	(71.966)	(18.841)
Prejuízo do exercício		-	-	(1.304)	(1.304)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		53.125	-	(73.270)	(20.145)
Redução de capital	18.a	(48.125)	-	48.125	-
Adiantamento pra futuro aumento de capital	18.b	-	3.710	-	3.710
Prejuízo do exercício		-	-	(5.706)	(5.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.000	3.710	(30.851)	(22.141)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Marcos Tadeu Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC/GO 012.056/O.0

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado do exercício		(5.706)	(1.304)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferido	24	(332)	(130)
Depreciação e amortização	10 / 11	1.507	1.511
Depreciação e amortização direito de uso	12	436	469
Provisão de juros sobre empréstimos	14	355	45
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(123)	(34)
Variação cambial, líquida	13	92	(15)
(Reversão) constituição de provisões para riscos, líquida	17	(165)	(464)
(Ganho) perda na alienação de ativos imobilizados	10 / 11	2	4
Descontos financeiros obtidos	13	(5)	(2)
		(3.939)	80
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(784)	(929)
Impostos a recuperar	6 / 7	326	(590)
Estoques	8	2.086	(1.057)
Outros ativos	9	169	(278)
Depósitos judiciais	17	(4)	24
		1.793	(2.830)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores	13	(2.328)	1.630
Passivo de arrendamento	12	845	(469)
Obrigações trabalhistas e tributárias	15	500	512
Adiantamentos de clientes	16	52	(528)
Outras contas a pagar	-	(116)	75
Caixa consumido nas operações		(1.047)	1.220
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(3.193)	(1.530)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Baixa e aquisição direito de uso	12	(1.317)	2
Baixa e aquisição de imobilizado e intangível	10 / 11	(554)	(644)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(1.871)	(642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	-	2.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(52)	-
Pagamentos juros sobre empréstimos	14	(354)	(32)
Captação de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	19	259	539
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.b	3.710	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		3.563	3.007
Aumento/(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.501)	835
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.658	823
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	157	1.658
Aumento/(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.501)	835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jaime Câmara Junior
Diretor PresidenteMarcos Tadeu Câmara
Diretor Vice-PresidenteClaudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC/GO 012.056/O.0

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A J. Câmara & Irmãos S.A. ("Companhia"), fundada em 21 de março de 1938, é uma empresa de capital fechado que atua nas áreas editorial e gráfica. Suas atividades abrangem a edição, impressão, distribuição e venda dos jornais "O Popular", "Jornal do Tocantins", "Jornal Daqui GO" e "Jornal Daqui TO. A sede administrativa está localizada na Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07 Lote 01/33B, Bairro Serrinha, na cidade de Goiânia/GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.536.754/0001-23. A Companhia é controlada pela OJC Administração e Participações S.A. ("Grupo"), que detém 100% de suas ações ordinárias.

Continuidade operacional

A administração adotou o pressuposto da continuidade operacional, conforme o CPC 26, com base nas ações de redução de custos e na busca por sinergias com outras atividades do Grupo Jaime Câmara. Apesar dos prejuízos recorrentes, estão sendo implementadas medidas para mitigar riscos e assegurar a sustentabilidade das operações.

Entre essas medidas, destacam-se:

- O enxugamento da equipe de jornalismo dos jornais do Tocantins e a centralização da produção jornalística em Goiânia;
- O aumento do preço de capa do Jornal Daqui e a consequente melhoria na margem de contribuição;
- A redução da equipe de impressão e logística em Goiânia, viabilizada pela antecipação do horário de fechamento do jornal e pela mudança na rota sul - de entrega própria para redespacho via ônibus;
- Alterações nas gerências Classi e Mercador Leitor.

Adicionalmente, a sócia OJC Administração e Participações S.A. realizou um adiantamento para futuro aumento de capital em dezembro de 2024, reafirmando o compromisso dos sócios com a continuidade dos negócios.

Essas iniciativas visam maior produtividade, eficiência operacional e alinhamento com a estratégia de longo prazo da J. Câmara.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Levando-se em conta os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico

geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5** - Provisão para perdas esperadas de créditos;
- **Nota Explicativa nº 7** - Realização do crédito tributário diferido;
- **Nota Explicativa nº 8** - Provisão para perdas de materiais obsoletos;
- **Nota Explicativa nº 10** - Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 17** - Provisão para demandas judiciais.

3 Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia registra em caixa e equivalentes de caixa os valores em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que sejam realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estejam sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Esses ativos são mensurados pelo seu valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, desde que não excedam seu valor de mercado ou de realização.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e as dívidas da Companhia são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR).

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado a VJR e atender a ambas as condições a seguir:

- Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Apresentar termos contratuais que gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros são classificados como VJORA.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Observado o modelo de negócio da Companhia para gestão dos instrumentos financeiro que consiste em receber os ativos financeiros nos prazos contratuais (principal + juros), exceto pelos derivativos que são mensurados ao valor justo, todos os demais ativos financeiros estão classificados como custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR, exclusivamente para os instrumentos derivativos.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor de mercado, inferior aos custos de reposição ou aos seus valores de realização.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis são adquiridos separadamente ou gerados internamente e possuem vidas úteis definidas. A amortização é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica estimada desses ativos. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(i) Softwares

As licenças de programas de computador (*softwares*) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são amortizadas conforme o período esperado de benefício futuro e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistema de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

f. Redução ao valor recuperável**Ativos financeiros**

A Companhia reconhece no final de cada período provisões para perdas esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A provisão para perda é mensurada por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada).

Adicionalmente, a Companhia utiliza o expediente prático para mensurar as perdas de crédito esperadas considerando uma matriz de provisão que leva em consideração a experiência de perda de crédito histórica, ajustada quando apropriada para fatores específicos dos devedores em aspectos econômicos gerais atuais e futuros na data do reporte.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, não incluindo os valores de estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos exercícios apresentados.

g. Provisões de riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são registrados pelo regime de competência e calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como facultado pela legislação fiscal vigente, a Companhia adota o regime de caixa para apuração do resultado a ser tributado decorrente das vendas com os órgãos públicos.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças intertemporais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores utilizados para fins de tributação e sobre os prejuízos fiscais e bases de

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

contribuição negativas, desde que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias e prejuízos fiscais quando se tornarem dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, dependendo da origem do ajuste.

i. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. A receita somente é reconhecida quando a Companhia cumpre a obrigação de *performance* com o cliente.

A receita decorrente da prestação de serviços de publicidade é reconhecida no momento da efetiva veiculação da publicidade, independentemente do faturamento ou recebimento, quando ocorre o cumprimento da obrigação da *performance* com o cliente.

j. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas das demonstrações financeiras.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

(i) Pronunciamento contábeis vigentes

As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 – R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 – R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*);
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 – R2) e IFRS 7 (CPC 40 – R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas *International Accounting Standards Board* (“IFRS”) efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Pronunciamentos contábeis emitidos e não efetivos

O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) – Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 – R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 – R3), abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03 – R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 – R1) – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Alterações nas Normas Contábeis IFRS	Data de aplicação obrigatória
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

A Administração não espera que a adoção das normas ainda não vigentes tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	2024	2023
Caixa	2	1
Bancos conta corrente	155	1.657
Total	157	1.658

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista. Os valores em conta corrente do banco ABC são aplicados automaticamente em operações compromissadas. Pela característica, conforme destacado no item 3.a, foram classificados como 'Caixa e equivalentes de caixa'.

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis pela prestação de serviços das atividades normais da Companhia. Se o vencimento do título é igual ou inferior a um ano, é classificado no ativo circulante. Caso contrário, será apresentado no ativo não circulante.

	2024	2023
Duplicatas a receber	3.840	2.796
Contas a receber – Mercado leitor	1.844	2.302
Cheque em cobrança	4	48
Serviços a faturar	265	327
Permutas	319	15
Provisão para perdas esperadas de créditos	(869)	(992)
Total	5.403	4.496
Circulante	5.279	4.310
Não circulante	124	186

Para determinar a recuperabilidade das contas a receber de clientes, é considerada qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período do relatório. O saldo de contas a receber por idade de vencimento está distribuído conforme segue:

Operações com setor privado

	2024	2023
A vencer	2.873	3.124
Vencidos até 60 dias	1.015	692
Vencidos de 61 a 90 dias	199	28
Vencidos de 91 a 180 dias	196	40
Vencidos de 181 a 360 dias	180	125
Vencidos acima de 361 dias	297	397
Subtotal	4.760	4.406

Operações com órgãos públicos

Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07, Lote 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia/Go. CEP 74.185-130.

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

	2024	2023
A vencer	48	59
Vencidos até 60 dias	1.021	499
Vencidos de 61 a 90 dias	46	54
Vencidos de 91 a 180 dias	69	143
Vencidos de 181 a 360 dias	17	11
Vencidos acima de 361 dias	311	316
Subtotal	1.512	1.082
Provisão estimada para perdas esperadas de créditos	(869)	(992)
Total	5.403	4.496

Perda estimada do contas a receber

A Companhia possui uma metodologia para reconhecer as perdas esperadas por redução ao valor recuperável, que inclui a adoção de uma matriz de provisão combinada.

As análises de inadimplência são realizadas mensalmente e as perdas esperadas estão registradas como provisão, tanto para os títulos vencidos como para os a vencer. O critério utilizado é definido individualmente por tipo de cliente (setor privado e setor público), levando em conta a particularidade de cada região, e histórico de perdas. Seguindo método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48.

A Companhia revisa o índice anualmente ou sempre que houver alterações no risco de sua carteira de recebíveis, avaliando as expectativas de realização dos créditos.

Com base nessa análise, concluiu-se pela constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em montante de R\$ 869 em 2024 (992 em 2023) no qual considera o suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos.

A estimativa foi revisada na data-base das demonstrações financeiras e, na visão da administração, representa adequadamente o risco de não recebimento dos valores registrados como contas a receber

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	992	1.026
Constituições	268	401
Reversões e baixas	(391)	(435)
Movimentação	(123)	(34)
Saldo final	869	992

6 Impostos a recuperar

A composição dos saldos de Impostos a recuperar, Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) é como segue:

a. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRPJ	195	778
CSLL	4	6
PIS	-	24
COFINS	-	92
Saldo negativo IRPJ	1.513	1.460
Base de cálculo negativa CSLL	10	106
Retenções federais	1.124	770
INSS	475	475

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

ICMS	29	131
Outros – impostos recuperar	306	385
Total	3.656	4.227
Circulante	3.372	3.940
Não circulante	284	287

Realização dos créditos fiscais

Os créditos são passíveis de restituição e/ou compensação, serão realizados pela Companhia no decorrer do processo que resultará na geração de débitos tributários e contribuições necessários para a compensação desses créditos. Todos os créditos são respaldados por Pedido de Restituição (PER) e Declaração de Compensação (DCOMP).

7 Impostos diferidos

	2024	2023
Ativo		
Diferenças intertemporais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	455	505
Provisão para perdas de créditos esperadas	146	146
Provisões para demandas judiciais	29	90
IRPJ/CSLL CPC 06	110	12
Prejuízo fiscal	432	432
	1.172	1.185
Passivo		
Diferenças intertemporais nas operações com órgãos públicos	-	(258)
IRPJ/CSLL sobre depreciação	(832)	(832)
	(832)	(1.090)
Impostos diferidos	340	95

8 Estoques

	2024	2023
Material industrial	1.370	1.486
Material promocional	241	2.091
Provisão para perdas de materiais obsoletos (*)	(89)	(89)
Manutenção	463	463
Outros	265	385
Total	2.250	4.336

(*) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação de estoques de produtos para manutenção e não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável por obsolescência. Conforme avaliação da administração, não foram identificadas evidências que indiquem perdas significativas associadas aos estoques existentes em 2024, não sendo necessária a constituição de provisão adicional.

9 Outros ativos circulantes e não circulantes

	2024	2023
Adiantamentos	1.796	1.716
Previdência	1.554	1.421
Despesas antecipadas	144	237
Outros ativos	32	321
Total	3.526	3.695

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Circulante	1.972	2.274
Não circulante	1.554	1.421

10 Imobilizado

a. Composição do saldo

	2024			2023	Vida útil (Anos)
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações	6.459	(2.186)	4.273	4.181	25 a 50
Máquinas e equipamentos	18.509	(17.223)	1.286	2.043	8 a 15
Móveis e utensílios	672	(641)	31	40	10
Motores e aparelhos	1.444	(1.276)	168	194	8 a 15
Ferramentas e acessórios	116	(109)	7	15	8 a 10
Veículos	1.164	(951)	213	189	5
Computadores e periféricos	2.477	(2.194)	283	97	5
Imobilizações em andamento (i)	696	-	696	786	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	400	(400)	-	-	5 a 10
Total	31.937	(24.980)	6.957	7.545	

(i) Referem-se substancialmente a compras de máquinas e equipamentos em andamento.

b. Movimentação do saldo

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras apresentadas, não foram identificados indicadores de desvalorização, que necessitassem efetuar o teste de recuperação nos termos do Pronunciamento CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil desses ativos e concluiu que está adequada e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao CPC 27 - Imobilizado e ao ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado.

	Movimentações					2024
	2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Edificações	4.181	-	-	(132)	224	4.273
Máquinas e equipamentos	2.043	30	-	(796)	9	1.286
Móveis e utensílios	40	-	-	(9)	-	31
Motores e aparelhos	194	10	(2)	(40)	6	168
Ferramentas e acessórios	15	-	-	(8)	-	7
Veículos	189	-	-	(57)	81	213
Computadores e periféricos	97	-	-	(45)	231	283
Imobilizações em andamento	786	558	(44)	-	(604)	696
Total	7.545	598	(46)	(1.087)	(53)	6.957

	Movimentações					2023
	2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Edificações	4.261	-	-	(130)	50	4.181
Máquinas e equipamentos	2.766	43	22	(845)	57	2.043
Móveis e utensílios	50	-	-	(10)	-	40
Motores e aparelhos	261	-	(28)	(40)	1	194
Ferramentas e acessórios	24	-	-	(9)	-	15
Veículos	247	-	-	(58)	-	189
Computadores e periféricos	45	-	-	(21)	73	97
Imobilizações em andamento	1.261	901	(298)	-	(1.078)	786
Total	8.915	944	(304)	(1.113)	(897)	7.545

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

A administração realizou uma revisão das estimativas de vida útil econômica dos ativos imobilizados, com base em critérios técnicos que incluem obsolescência tecnológica, condições de uso, histórico de manutenção, práticas de mercado e planos operacionais da companhia.

Após essa análise, concluiu-se que as vidas úteis atualmente atribuídas aos ativos permanecem adequadas para refletir o período durante o qual se espera que eles gerem benefícios econômicos futuros.

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não foram identificadas evidências que justifiquem a necessidade de ajustes relevantes nessas estimativas.

A administração revisa essas estimativas periodicamente e, caso sejam identificadas mudanças significativas, elas serão reconhecidas de forma prospectiva, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

11 Intangível

	2024			2023	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Marcas e patentes	100	-	100	100	-
Softwares	12.971	(11.904)	1.067	1.434	5
Total	13.071	(11.904)	1.167	1.534	

A movimentação do ativo intangível em 2024 e 2023 é como segue:

	Movimentações			
	<u>2023</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transf.</u>	<u>2024</u>
Marcas e patentes	100	-	-	100
Softwares	1.434	(420)	53	1.067
Total	1.534	(420)	53	1.167

	Movimentações			
	<u>2022</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transf.</u>	<u>2023</u>
Marcas e patentes	100	-	-	100
Softwares	935	(398)	897	1.434
Total	1.035	(398)	897	1.534

Nas datas de fechamento das demonstrações financeiras, não havia nenhum indicativo de desvalorização sobre os ativos intangíveis.

12 Direito de uso e passivo de arrendamento

A movimentação de saldos do ativo e passivo de arrendamento do exercício 2024 e 2023 é apresentada no quadro abaixo:

Arrendamentos	2023	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de principal e juros	2024
Direito de uso com arrendamentos								
Máquinas e equipamentos	-	52	-	(12)	(40)	-	-	-
Veículos	34	2.443	-	(424)	(1.138)	-	-	915
	34	2.495	-	(436)	(1.178)	-	-	915
Passivos de arrendamentos								
Máquinas e equipamentos	-	52	-	-	(40)	2	(14)	-
Veículos	70	2.443	(35)	-	(1.139)	68	(492)	915
	70	2.495	(35)	-	(1.179)	70	(436)	915
Circulante	70							409
Não Circulante	0							506
	70							915

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Arrendamentos	2022	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento	2023
							de principal e juros	
Direito de uso com arrendamentos								
Máquinas e equipamentos	20	-	-	(20)	-	-	-	-
Veículos	35	450	-	(451)	-	-	-	34
	55	450	-	(471)	-	-	-	34
Passivos de arrendamentos								
Máquinas e equipamentos	20	-	-	-	-	1	(21)	-
Veículos	69	450	3	-	-	17	(469)	70
	89	450	3	-	-	18	(472)	70
Circulante	89							70
Não Circulante	-							-
	89							70

A movimentação de saldos do ativo e passivo de arrendamento do exercício 2023 e 2022 é apresentada no quadro abaixo:

A taxa de desconto adotada para o ajuste a valor presente foi de 6,48% e representa a taxa incremental.

Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

Direito de uso	2024
2025	409
2026	464
2027	42
	915

Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

Passivo de Arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Juros a apropriar	Passivo de arrendamento
2025	503	(94)	409
2026	502	(38)	464
2027	43	(1)	42
	1.048	(133)	915

13 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais	1.553	3.809
Fornecedores estrangeiros	298	314
Notas de débito (i)	395	364
Total	2.246	4.487

(i) As notas de débitos referem-se aos valores cobrados a título de rateio de gastos administrativos comuns às atividades do Grupo.

14 Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento

a. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Juros médios - %	Vencimento Final	2024	2023
Moeda nacional					
Banco ABC	100% CDI + 3,85% a.a	16,89% a.a	nov/28	2.462	2.513
Total				2.462	2.513
Circulante				639	65
Não Circulante				1.823	2.448

Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07, Lote 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia/Go. CEP 74.185-130.

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

A movimentação do exercício é como segue:

	2023	Captações	Juros apropriados	Pagamentos	Juros pagos	2024
Banco ABC	2.513	-	355	(52)	(354)	2.462
	2.513		355	(52)	(354)	2.462

	2022	Captações	Juros apropriados	Pagamentos		2023
Banco ABC	-	2.500	45	(32)		2.513
	-	2.500	45	(32)		2.513

b. Cronograma dos vencimentos

Ano	2024	2023
2024	-	65
2025	639	704
Após 2026	1.823	1.744
Total	2.462	2.513

Garantias cedidas

Os financiamentos são garantidos por aval dos sócios e cessão fiduciária de direitos creditórios.

Cláusulas restritivas

Nos empréstimos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que seja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

15 Obrigações trabalhistas e tributárias

	2024	2023
Provisão para férias	2.391	2.405
Salários a pagar	1.015	1.256
Encargos a recolher sobre salários	1.165	1.051
Encargos a recolher sobre férias	329	329
Outras obrigações sociais a recolher	534	1
Total de obrigações trabalhistas	5.434	5.042
PIS e COFINS a recolher	206	202
ICMS	59	88
ISSQN	32	34
Outros impostos e taxas a recolher	9	206
Total de obrigações tributárias	306	530
Total de obrigações trabalhistas e tributárias	5.740	5.572

16 Adiantamento de clientes

	2024	2023
Assinaturas	1.284	1.508
Venda para entrega futura	205	-
Outros	203	132
Total	1.692	1.640

17 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

A Companhia é parte em processos nas esferas administrativa e judicial perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais (internos e externos) e políticas internas, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, são constituídas provisões para riscos, incluindo principal e encargos. Essas provisões são consideradas pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas.

Os saldos dos depósitos judiciais e das provisões para riscos estão representados por:

	2024			2023		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Cíveis (a)	19	-	19	174	-	174
Tributárias (b)	-	(224)	(224)	-	(224)	(224)
Trabalhistas (c)	55	(203)	(148)	65	(199)	(134)
Total	74	(427)	(353)	239	(423)	(184)

A movimentação da provisão para riscos e depósitos judiciais é como segue:

	Provisão para riscos							
	2023				2024			
	Inicial	Provisões	Reversões	Final	Inicial	Provisões	Reversões	Final
Cíveis	320	343	(489)	174	174	32	(187)	19
Trabalhistas	383	-	(318)	65	65	10	(20)	55
Total	703	343	(807)	239	239	42	(207)	74

	Depósitos Judiciais							
	2024				2023			
	Inicial	Adições	Baixas	Final	Inicial	Adições	Baixas	Final
Tributárias	224	-	-	224	224	-	-	224
Trabalhistas	199	6	(2)	203	223	14	(38)	199
Total	423	6	(2)	427	447	14	(38)	423

As principais provisões referentes a perdas prováveis, registradas na contabilidade, são as que seguem:

a. Cíveis

A provisão para riscos cíveis é composta por 2 ações, no montante de R\$ 19 em 2024 (04 ações no montante de R\$ 174 em 2023) de indenização por danos morais.

b. Tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, não há ações judiciais relevantes que exijam divulgação, sendo essas ações polo ativo.

c. Trabalhistas

Estas provisões são contabilizadas a partir da análise individual dos processos trabalhistas movidos contra a Companhia e leva em consideração a experiência de sua Administração em casos similares, bem como a opinião de seus assessores jurídicos. Os processos são, em sua maioria, relacionados a horas extras, diferencial de salários, adicional de insalubridade, encargos sociais, entre outros. Em 2024, as estimativas de perdas prováveis montavam em R\$ 55 (R\$ 65 em 2023), em conformidade com a opinião de seus consultores jurídicos internos e externos, a partir de atualização dos processos.

Contingências possíveis e não provisionadas

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2024, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$ 4.824 (R\$ 373 em 31 de dezembro de 2023).

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Os assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é composto por 5.000.000 (cinco milhões) ações nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Com base na Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2024, a companhia reduziu seu prejuízo acumulado por meio da absorção do Capital Social, no montante de R\$ 48.125 (quarenta e oito milhões, cento e vinte e cinco). No mesmo ato a controladora passou a deter 100% de participação na companhia, conforme demonstrado abaixo:

ACIONISTA	CPF-MF/CNPJ-MF	QT. AÇÕES	ÍNDICE %
OJC Administração e Participações S.A.	37.877.644/0001-72	5.000.000	100,00%
TOTAL		5.000.000	100%

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 30 de dezembro de 2024, a controladora OJC Administração e Participações S.A, realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 3.710 (três milhões setecentos e dez mil).

19 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora OJC Administração e Participações S.A. e respectivas controladas direta e indiretamente, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

As transações são realizadas em condições negociadas entre as partes, cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir.

a. Utilização de espaço para publicidade

Tendo em vista a característica do mercado em que a Companhia atua, é comum ocorrerem espaços na grade de inserção de anúncios, em razão da ausência de publicidade paga. Quando isso ocorre, é alocada publicidade de responsabilidade social e comunitária e de outras companhias do Grupo, sem remuneração. Essa prática, comum no setor de mídia, é denominada como preenchimento do “calhau”, não gerando nenhum tipo de receita e/ou despesa para as companhias do Grupo, uma vez que não existe valor/custo a ser alocado.

b. Contratos de mútuos ativos e passivos

Correspondentes à concessão e à obtenção de empréstimos em moeda nacional, para outras companhias do Grupo. Os prazos e condições são acertados entre as partes.

	2024	2023
	Passivo	Passivo
Contratos de mútuo:		
TV Tocantins Ltda.	10.467	8.185
Televisão Riviera Ltda.	5.808	4.182
Televisão Pirapitinga Ltda.	2.520	2.054
SPC Sistema Paranaíba de Comunicações Ltda.	705	878
Rádio Araguaia Ltda.	35	-
Rádio Som Juventude Ltda.	1.377	1.160
Rádio Som de Gurupi Ltda.	2.425	2.075
OJC Administração e Participação S.A.	23	3.908
Empreendimentos Imob. Rio Vermelho Ltda.	10.722	11.381
Total	34.082	33.823

c. Rateio de despesas

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

A Companhia atua de forma integrada com as demais companhias do Grupo e compartilha com elas certos componentes das estruturas física, operacional e administrativa. Os custos dessas estruturas são atribuídos segundo critérios definidos pela Administração, que considera, entre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das companhias.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia repassou despesas, mediante rateio de outras companhias do Grupo, líquido das despesas incorridas comuns a todas as companhias do Grupo no montante de R\$ 8.186 (em 31 de dezembro de 2023 a companhia absorveu R\$ 6.366).

Importante ressaltar que a Companhia tem aprimorado de forma contínua os critérios de rateio das despesas comuns a todas as companhias do Grupo, assim como a formalização das suas políticas, sendo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os critérios de rateio acordados entre as companhias mediante “Contrato de Rateio de Despesas Administrativas”.

d. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração contempla pagamentos de sócios e diretores, que totalizou R\$ 1.144 (R\$ 1.708 em 2023), incluindo pró-labore, salários e benefícios variáveis e encargos sociais. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada pelo Comitê de Remuneração, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

20 Receita operacional líquida

	2024	2023
Composição da receita bruta		
Venda avulsa de jornais	13.468	17.758
Publicidades	12.135	14.282
Publicidade – Governo	7.233	7.834
Assinaturas de Jornais	5.320	5.451
Central de Produção	2.489	3.258
Classificados	1.434	1.148
Outras receitas (*)	7.087	6.935
	49.166	56.666
Receita operacional bruta		
(-) Deduções		
Impostos incidentes sobre as vendas	(3.302)	(3.662)
Descontos, abatimentos e devoluções	(2.794)	(3.434)
Total deduções	(6.096)	(7.096)
Receita operacional líquida	43.070	49.570

(*) Referem-se à receita de promoções e eventos, serviços de encartes, encalhes, permutas e serviços de impressão.

21 Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Despesas com pessoal, benefícios e encargos	(22.541)	(22.080)
Serviços de terceiros	(9.810)	(9.281)
Materiais promocionais	(6.926)	(9.641)
Insumos	(3.488)	(4.173)
Depreciações e amortizações	(1.943)	(1.980)
Energia, água e telefone	(967)	(991)
Despesas e custos com manutenção	(223)	(287)
Transportes de jornais	(177)	(175)
Outros custos e despesas	(3.573)	(3.074)
Total Custos e Despesas	(49.648)	(51.682)
Custos dos serviços prestados	(26.358)	(27.927)
Despesas Comerciais	(17.047)	(16.866)
Despesas Administrativas e gerais	(6.073)	(6.677)
Despesas Tributárias	(170)	(212)
Total Custos e Despesas	(49.648)	(51.682)

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

22 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

	2024	2023
Outras receitas		
Recuperação de despesas	-	7
Receitas com aluguéis	47	45
Receitas eventuais	-	1
Receita de brindes	63	6
Reversão devedores duvidosos	129	190
Ganho em alienações de ativos	2	-
Reversão de contingências	59	30
Encalhes	302	328
Outras receitas	455	85
Subtotal	1.057	692
Outras despesas		
Perdas em alienações de ativos	(3)	(4)
Outras	(41)	(60)
Subtotal	(44)	(64)
Total	1.013	628

23 Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	2024	2023
Juros sobre empréstimos	(355)	(45)
Variação cambial passiva	(76)	(9)
Juros de arrendamento	(70)	(17)
Outras despesas financeiras	(179)	(180)
Subtotal	(680)	(251)
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	16	24
Descontos obtidos	5	2
Outras receitas financeiras	186	275
Subtotal	207	301
Total	(473)	50

24 Imposto de renda e contribuição social**Conciliação da alíquota efetiva**

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado do exercício está demonstrada como segue:

	2024	2023
Resultado antes do IR e da CS	(6.038)	(1.434)
Alíquotas vigentes	34%	34%
Despesa nominal	2.053	488
Efeitos do IR e da CS sobre:		
- Perdas eventuais	(137)	(183)
- Brindes e ofertas	(26)	(93)
- Diferenças temporárias	(1.521)	(77)
- Outros	(369)	(135)
Imposto corrente	-	-

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

Efeitos do IR e da CS diferidos sobre:

- Movimentação de operação com órgão público	457	34
- Movimentação de PDD e contingência	(62)	(170)
- Movimentação sobre depreciação	110	-
- CPC 06	(12)	-
- Provisão de receita	220	40
- Outros	(381)	226

Imposto diferido

332 **130**

Total

332 **130**

Imposto de renda e contribuição social correntes

- -

Imposto de renda e contribuição social diferidos

332 **130**

Alíquota efetiva

(5%) **(9%)**

A decisão da Administração é de não reconhecer ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais acumulados, em função da ausência, neste momento, de evidência objetiva suficiente que permita à administração concluir pela probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros contra os quais tais prejuízos possam ser compensados. Por outro lado, o reconhecimento de ativos fiscais sobre diferenças temporárias dedutíveis reflete expectativas de reversão futura desses saldos, vinculadas a bases tributáveis consideradas mais razoavelmente certas pela administração.

A Companhia revisa periodicamente suas projeções de resultados e poderá reconhecer ativos fiscais sobre prejuízos acumulados quando houver evidência suficiente de sua provável realização, conforme os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 32.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A Administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa, bancos, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e de partes relacionadas. Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria na tabela a seguir:

	2024	2023
Ativos financeiros:		
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	157	1.658
Contas a receber de clientes	5.403	4.496
Depósitos judiciais	427	423
Outros ativos circulantes	1.972	2.274
Passivos financeiros:		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores	2.246	4.487
Empréstimos e financiamentos	2.462	2.513
Adiantamentos de clientes	1.692	1.640
Empréstimos com partes relacionadas	34.082	33.823
Outras contas a pagar	36	152

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

Rua Tomaz Edson, nº 185, Quadra 07, Lote 01/33B, Bairro Serrinha, Goiânia/Go. CEP 74.185-130.

J. CÂMARA & IRMÃOS S/A

CNPJ-MF 01.536.754/0001-23 // NIRE: 52.30000408-0

- (a) **Risco de crédito:** decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente a sua política de vendas e de aplicações financeiras, que inclui a análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante a análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar os riscos de inadimplência.

A Companhia acompanha os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

- (b) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo, conforme Nota 13. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

- (c) **Risco de liquidez:** consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações e diferentes moedas. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é **efetuado** diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos e/ou aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

- (d) **Risco de capital:** a Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Após a data de encerramento do exercício social e, até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem de ajustes ou divulgações adicionais. A administração declara que não ocorreram fatos que possam afetar significativamente a situação financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia.

Jaime Câmara Junior
Diretor Presidente

Marcos Tadeu Câmara
Diretor Vice-Presidente

Claudia Tereza Constantino Toledo
Contador CRC/GO 012.056/O.0